

Índice

Prólogo	7
Nota preliminar	9
Prólogo do tradutor	11
Abreviaturas	19

PRIMEIRA PARTE

APROXIMAÇÃO AO CONCEITO JURIDICO-PENAL DE OMISSÃO

Capítulo Primeiro

Introdução

I – Delimitação do problema	25
II – Observações metodológicas	36

Capítulo Segundo

As concepções «negativas»

I. O naturalismo	45
A) O conceito negativo-intransitivo: a omissão como «não fazer nada»	45
B) O conceito negativo-transitivo	48
1. Introdução	48

2. Excurso sobre a idéia de possibilidade	50
3. Radbruch e a possibilidade físico-objetiva	55
II. O finalismo	60
1. Descrição do conceito finalista de omissão	60
2. O «conhecimento da situação» como elemento da capacidade de ação	62
3. Capacidade de ação e capacidade de tentativa	71
4. Crítica global à capacidade de ação como elemento exclusivo configurador do conceito de omissão	76
5. A capacidade de ação como base do supraconceito	79
III. O conceito negativo de ação.....	85
1. Aspectos introdutórios.....	85
2. O enfoque lógico-abstrato: Herzberg	88
3. A fundamentação empírica: Behrendt	90
4. A discussão em torno do conceito negativo de ação	93
IV. Crítica à «negatividade»	103
1. Introdução	103
2. A realidade ontológica negativa da omissão	104
3. A natureza da negatividade da omissão	107

Capítulo Terceiro

As concepções «positivas»

I. Introdução	111
1. O caráter «positivo»	111
2. Antecedentes e influências	113
II. A suposta «positividade ontológica».....	115
1. Sentido geral: a omissão como forma diferente do ser	115
2. A expressão da vontade na omissão	116
3. Crítica	118

III. A teoria da expectativa	121
1. Introdução	121
2. Omissão pré-jurídica e extrajurídica. Remissão	124
3. Omissão e expectativa social	126
4. Omissão e expectativa jurídica	135
5. Excurso: expectativa e possibilidade	139
6. Críticas globais à teoria da expectativa	141
IV. Expectativa e norma penal	143
1. Introdução. Análise crítica do já exposto	143
2. O «típico» como referência do conceito de omissão	148
Capítulo Quarto	
O conceito de omissão: posicionamento	
1. Introdução	157
2. O conceito de conduta como expressão do «caráter de ação» ...	161
3. O conceito de omissão como expressão de uma «classe de realizações típicas»: Fundamentação e críticas	168
4. A opção por um conceito material: justificação político-criminal	182
5. A questão normativa implicada	188
A) Excurso: considerações lógicas sobre determinação/mandado e proibição	188
B) Conclusão	196

SEGUNDA PARTE

COMISSÃO E OMISSÃO. OS CASOS LIMITE

Capítulo 1º

As bases teóricas da delimitação

I. Aspectos preliminares	201
1. Introdução	201

2. A questionabilidade da distinção teórica entre comissão e omissão	210
3. Os fundamentos do debate sobre a delimitação	216
II. Exame das diferentes perspectivas	219
1. A opção valorativa	219
2. A «aplicação de energia» e outros critérios autodenominados «ontológicos»	227
3. Aproximação às concepções com base na causalidade. A solução concursal	233
Capítulo Segundo	
A delimitação através dos grupos de casos problemáticos	
I. Introdução	243
II. Casos equivocados de realização típica culposa	244
1. Delimitação do problema	244
2. Proposta de solução. Outras questões	253
III. Interrupção de «cursos causais salvadores»	262
1. Introdução	262
2. A interrupção de cursos salvadores próprios	264
3. A interrupção de cursos salvadores alheios.....	274
4. O «caso de reanimador»	300
IV. «Actio sive omissio libera in causa»	312
1. Introdução	312
2. «Omissio libera in causa»	314
3. «Actio libera in omittendo»	323
V. Comissão e omissão em sucessão temporal	327

TERCEIRA PARTE

CLASSES DE OMISSÕES

Capítulo Primeiro

Introdução. Questões comuns

1. Exposição	335
2. A situação de perigo	337
3. A não realização da ação indicada	343

Capítulo 2º

Critérios de classificação das omissões. «Omissão pura» e «Comissão por omissão». Perspectiva crítica

1. Introdução	367
2. Soluções bipartidas	376
3. Soluções tripartidas	397
4. Proposta de classificação	400
5. «Comissão por omissão» nos tipos de mera atividade?	412
6. Breves observações normativas e estruturais a propósito do conceito de comissão por omissão	423